

EDITORIAL

Greve e levante dos caminhoneiros: amanhã será maior!

Giuseppe Cocco¹

O que a luta dos caminhoneiros nos disse? Que os que vivem de seu trabalho não querem pagar as contas de Temer e da Dilma e que o “fora Temer” do PT e seus puxadinhos é de mentirinha. Mais uma vez, a quase totalidade da esquerda se apavora diante dos movimentos de luta real e só não tem medo de roubar ou defender quem roubou.

Os caminhoneiros decretaram o fim do que sobrava do pacto de sustentação de Temer. O “pacto do pato da Fiesp” era esse: o governo Temer faz as reformas neoliberais e tem espaço livre para acabar com a Lava Jato, a esquerda fica desejando o golpe e os pobres e os trabalhadores pagam o pato! Em outros termos, a classe política salva a pele dela vendendo a nossa. Mesmo que a greve não tenha se consolidado como o levante que suas bases autônomas procuraram, *esse pacto acabou*. Da ponte para o futuro sequer sobrou a pinguela da qual falava o FHC, apenas um abismo.

Os grevistas afirmam que a economia não é contabilidade, mas *economia política*. Dizem também que a política não é pura racionalidade, mas criação de valores. Contra a greve, governo, forças políticas e imprensa mobilizaram duas grandes argumentações: se trata de um *locaute* que torna os brasileiros reféns dos grevistas e há *infiltrados* oportunistas que querem dar à greve uma dimensão política.

A popularidade da greve, sua continuidade depois das amplas concessões que o governo fez mostra o contrário: foi um movimento autônomo e uma crítica política da economia. É preciso ter uma dimensão real do estopim da crise. Esse não foi (apenas) o aumento do preço do diesel, mas a impossibilidade dos caminhoneiros repassa-lo ao frete. Isso porque a terceira dimensão do “pacto do pato”, não aconteceu: não houve e não há retomada da economia e assim o *management* empresarial rigoroso (da Petrobras

¹ Giuseppe Cocco, pesquisador da UniNômade, é graduado em Ciência Política pela Université de Paris VIII e pela Università degli Studi di Padova, mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade pelo Conservatoire National des Arts et Métiers e em História Social pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne), doutor em História Social pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne), Professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, editor das revistas Global Brasil, Lugar Comum e Multitudes e coordenador da coleção A Política no Império (Civilização Brasileira).

por exemplo) não tem como se sustentar socialmente. A economia é política não porque esse é o nome de uma disciplina, mas porque é uma mobilização social que acontece a cada instante e é com base nisso que se constitui a chamada “confiança”. A "confiança" não é apenas algo que releva dos mercados, mas também e sobretudo da sociedade, inclusive dos trabalhadores, por exemplos dos milhares de autônomos que depois nove dias de luta (29 de maio de 2018) se recusavam a voltar ao trabalho.

Os caminhoneiros nos mostraram que sem essa mobilização diária, nada funciona. Essa mobilização não é nem contabilidade financeira, nem uma servidão perene. Ao contrário, se trata de algo que todos os dias é renovado e para isso precisa de alguns níveis de liberdade, democracia, confiança, paz. É na ausência desses níveis que está a falta de produtividade e o chamado de "custo Brasil": como pode o Brasil ser um "custo" se é ele que todos os dias precisamos mobilizar? Quem é um custo é o sistema de comando e opressão que todos os dias suga o sangue dos pobres.

A greve foi então uma mobilização social de grande porte que associou as demandas econômicas à luta contra a corrupção (e a violência) que constitui o contexto imediato onde os caminhoneiros trabalham, entre estradas, pedágios, portos e carteis, furtos e assaltos: como não lembrar que a última operação judiciária contra Temer e cia envolve o decreto sobre portos?! Para os caminhoneiros, a queda do governo corrupto de Temer é uma condição para construir uma outra confiança, uma outra mobilização. Curiosamente, é esse potencial desdobramento que permitiria de reduzir a dimensão corporativa que está presente no acordo que o governo assinou na única lógica de se salvar. A virada política do movimento tem que ser saudada como extremamente positiva, justamente porque ela visava colocar no terreno a questão da confiança e só pode haver confiança por meio de uma radicalização da democracia. Mais do que isso, só pode ter retomada do crescimento se alguma dinâmica de confiança for reestabelecida.

Mas, é claro que é aqui que se encontrou (e se encontra) o verdadeiro impasse: a demanda política de mudança se consolidou no pedido por “intervenção militar”. E esse pedido é muito mais amplo: os caminhoneiros apenas colocaram abertamente essa bandeira popular como lema de suas mobilizações.

Aqui temos pelo menos três questões: (1) Do que a demanda por "intervenção militar" é o nome? (2) de onde vêm essas demandas? (3) como dialogar e/ou enfrentar esse posicionamento?

Do que a demanda por "intervenção militar" é o nome? A demanda popular por "intervenção militar" vem de longe e é o produto da insegurança civil que os pobres vivenciam por causa da guerra generalizada que os oprime: o sistema constitucional de segurança (polícias, magistratura e outros corpos estatais) funciona como um conjunto de dispositivos (milícias, máfias, lobbies, partidos, câmaras de vereadores etc.) que todos os dias e em todos os lugares oprimem e espoliam os pobres com taxas, pedágios, roubos, passagens etc. A demanda por mudança é mesmo demanda por uma "intervenção" e quem poderia, nesse quadro onde todos os aparelhos estatais funcionam como partes dos dispositivos de opressão, ser o ator de "intervenção"? A única instituição que tem força e ao mesmo tempo parece estar fora desse jogo: as Forças Armadas. A "popularidade" da intervenção no Rio de Janeiro é talvez emblemática dessa primeira dimensão. Se trata de uma demanda constituinte. Claro, uma demanda "paradoxal", pois nada que seja "demanda" é constituinte e o Exército que está sendo legitimado por essa difusa demanda popular será o mesmo que reprimirá os caminhoneiros se isso vir a ser necessário para o reestabelecimento da "ordem". Mas as lutas não são nem coerentes nem lógicas. O que importa é apreendermos por onde passam as linhas dos paradoxos e das contradições.

2) De onde vem essa demanda? Com certeza, ela é veiculada e propagada por forças de uma nova direita que são a expressão e um reflexo de um movimento global: desde Salvini até Trump, passando por Farage (Brexit) e Marine Le Pen. Mas, seu sucesso brasileiro tem uma origem mais específica e diz respeito aos desdobramentos políticos, sociais e culturais do levante de junho de 2013. Em junho de 2013, o que parecia impossível se tornou prática multitudinária: crítica do sistema de transportes que trata os trabalhadores pobres como gado e ocupação dos templos da corrupção: Congresso, Assembleias Legislativas, Câmaras, Residência do Cabral no Rio etc. A reação do PT e da esquerda mais em geral foi reacionária: semear o medo para impedir a transição do levante do momento destituente a processo constituinte. Se isso não evitou o desmoronamento do esquema de poder, conseguiu paralisar e esvaziar a esquerda. O "voto crítico" foi a base e o resultado desse sucesso nefasto do oportunismo corrupto do PT: é ele a fonte de multiplicação de narrativas falsas, como por exemplo essa do "golpe": mistificação que justamente a luta dos caminhoneiros torna evidente, pois nenhuma força de esquerda quis se aliar a um movimento que poderia realmente derrubar Temer. Só a direita autoritária apoia essas demandas destituíntes, ao passo que essas se dão num terreno radicalmente democrático de horizontalidade. A esquerda não

é contra a “intervenção militar”, mas apenas contra a intervenção contra ela: não é por acaso que todos os partidos de esquerda (e os movimentos sociais organizados) se manifestaram em favor do militarismo chavista, apesar da catástrofe social e econômica que é.

3) Como enfrentar essa demanda fica evidente com base no que dissemos acima: é somente dentro das lutas que o paradoxo pode ser "resolvido", só as lutas ensinam e transformam os homens e os valores. O paradoxo de uma demanda destituente autoritária (intervenção militar) no meio de uma prática radicalmente democrática não deve ser ridicularizando (como a esquerda intelectual faz), mas valorizado em termos positivos, justamente reforçando as lutas como terreno de novas mobilizações: se a contabilidade nos oferece um sem numero de números das perdas geradas pela greve, a greve mostra uma produtividade incomensurável.

É nas lutas que os caminhoneiros podem descobrir que a "intervenção militar" que vai haver será contra a luta deles e que, na realidade, por trás dela não vem nenhuma luta contra a corrupção, mas o fim dos elementos de independência que permitiram a alguns promotores e a alguns juízes romper o pacto mafioso e passar a prender os "donos do poder".